

## Perfil socioeconômico e cultural das famílias atendidas pelo CRAS- Morro do Meio em Joinville-SC<sup>(1)</sup>.

Andrea Heidemann<sup>(2)</sup>; Leticia Helena Valle<sup>(3)</sup>; Rosane Toderke Schmidt<sup>(3)</sup>

### Resumo Expandido

- (1) Trabalho executado com recursos do Edital 12/2012, da Pró Reitoria de Pesquisa, Ensino e Extensão. Professora Andrea Heidemann; Instituto Federal de Santa Catarina Joinville – SC; andrea.heidemann@ifsc.edu.br.
- (2) Estudante Leticia Helena Valle; Instituto Federal de Santa Catarina Joinville – SC.
- (3) Estudante Rosane Toderke Schmidt; Instituto Federal de Santa Catarina Joinville – SC.

**RESUMO:** O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da comunidade Morro do Meio em Joinville tem em seu território, referendadas 5.000 famílias. Diante das vulnerabilidades sociais apresentadas por estas famílias, alguns serviços, programas e benefícios foram implantados sem um diagnóstico anterior que possibilitasse compreender o contexto e o perfil destas famílias. Sendo assim, as particularidades desta comunidade não conseguem ser respeitadas como preconiza a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Sem o conhecimento do perfil socioeconômico e cultural das famílias que atendem, os profissionais têm dificuldades de avaliar, redefinir e implantar novos programas e serviços. Sendo assim, a metodologia desta pesquisa contempla a aplicação de questionários através de entrevistas com o objetivo de conhecer o perfil socioeconômico e cultural das famílias desta comunidade. Neste momento estamos na fase de análise dos dados coletados que já nos levam a alguns indicadores importantes como o não reconhecimento da assistência social enquanto política pública e direito do cidadão e o desconhecimento dos programas e serviços ofertados pelo CRAS. Alguns desafios foram diagnosticados na execução da pesquisa como a greve dos servidores públicos municipais e a troca de gestão (2012/2013) na prefeitura que atrasaram a coleta dos dados.

**Palavra Chave:** até três, sem repetir as que constam no título.

### INTRODUÇÃO

Constituição Cidadã (1988), como ficou conhecida, possibilitou algumas mudanças no campo social e da cidadania. Além de ter começado a discussão sobre a diferença entre assistência e assistencialismo, trouxe alguns aspectos importantes relacionados à descentralização política e administrativa, alterando as normas e regras centralizadoras e distribuindo melhor as competências entre a União, os Estados e os Municípios. Contudo, desvincular-se da visão assistencialista exige um exercício bem maior, de acordo com OLIVEIRA (1996:136): “É preciso que se compreenda, em primeiro lugar, que os usuários compõem uma determinada classe social excluída dos bens, serviços e riquezas da sociedade”. A essa classe, deve-se desnudar o sentido de direito à assistência social e veicular informações que lhes permitam o crescimento crítico necessário à articulação, não apenas de recursos e serviços, mas também de novas experiências e novas relações.

Como se pode observar, não é apenas a garantia em lei que vai modificar o caráter da política de assistência, mas a mudança na compreensão e no exercício cotidiano de repasse desse direito. Apesar da Constituição ter sido aprovada em 1988, a Lei Orgânica de Assistência Social foi sancionada apenas em 1993, após uma série de movimentações da sociedade civil organizada. A LOAS veio compor o tripé da Seguridade Social (saúde, previdência social e

assistência social), tendo, de acordo com o seu segundo artigo, os seguintes objetivos centrais: I- A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II- o amparo às crianças e adolescentes carentes; III- a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de (1) um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la mantida por sua família.

Em 2010 a política de assistência social se fortalece com a aprovação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. O SUAS organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira é a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. A segunda é a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos. O SUAS engloba também a oferta de Benefícios Assistenciais, prestados a públicos específicos de forma articulada aos serviços, contribuindo para a superação de situações de vulnerabilidade. Também gerencia a vinculação de entidades e

organizações de assistência social ao sistema, mantendo atualizado o Cadastro Nacional de Entidades e Organizações de Assistência Social e concedendo certificação a entidades beneficentes. Na Proteção Social Básica o principal instrumento de execução das ações é o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Para melhor compreensão desse importante espaço da política de assistência social, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, nós nos apropriamos das informações contidas no Plano Nacional de Assistência Social que afirma que esse instrumento é unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de instabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. O CRAS executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio assistenciais locais da política de assistência social e atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio familiar e comunitário. Para tanto é necessário observar a alta densidade populacional do país e, ao mesmo tempo, seu alto grau de heterogeneidade e desigualdade sócio territorial presentes entre os seus 5.561 municípios. Por isso é necessário uma aproximação com a comunidade a ser atendida e o conhecimento do seu perfil socioeconômico e cultural que fundamentarão as ações desenvolvidas nesses espaços.

#### **METODOLOGIA**

Com relação ao trabalho de campo desenvolvido, utilizamos como base metodológica a pesquisa quantitativa do tipo descritiva, pois está fundamentada em um estudo exploratório sobre a realidade das famílias atendidas pelo CRAS da comunidade do morro do Meio em Joinville-SC. Os estudos exploratórios, conforme GIL (1987:44), “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos (...) para estudos posteriores”.

O CRAS da comunidade Morro do Meio em Joinville tem em seu território de abrangência 5000 famílias. Dessas, 600 são atendidas regularmente pelos programas e serviços oferecidos por essa instituição. Esses grupos familiares, por apresentarem um contexto de maior vulnerabilidade, exigem dos profissionais uma atenção maior.

Portanto, para uma aproximação com essa realidade, definimos como amostra 100 famílias incluídas nos programas do CRAS e outras 100 da base territorial e que não buscaram os serviços com frequência, totalizando 200 famílias. Para definir o perfil socioeconômico e cultural das famílias realizamos entrevistas, as quais foram aplicadas através de questionários com perguntas abertas e fechadas, registradas em formulários e também através de gravadores. Atualmente, estamos em processo de análise e tabulação dos dados levantados para a construção do relatório final.

#### **METODOLOGIA**

Com relação ao trabalho de campo desenvolvido, utilizamos como base metodológica a pesquisa quantitativa do tipo descritiva, pois está fundamentada em um estudo exploratório sobre a realidade das famílias atendidas pelo CRAS da comunidade do morro do Meio em Joinville-SC. Os estudos exploratórios, conforme GIL (1987:44), “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos (...) para estudos posteriores”.

O CRAS da comunidade Morro do Meio em Joinville tem em seu território de abrangência 5000 famílias. Dessas, 600 são atendidas regularmente pelos programas e serviços oferecidos por essa instituição. Esses grupos familiares, por apresentarem um contexto de maior vulnerabilidade, exigem dos profissionais uma atenção maior.

Portanto, para uma aproximação com essa realidade, definimos como amostra 100 famílias incluídas nos programas do CRAS e outras 100 da base territorial e que não buscaram os serviços com frequência, totalizando 200 famílias. Para definir o perfil socioeconômico e cultural das famílias realizamos entrevistas, as quais foram aplicadas através de questionários com perguntas abertas e fechadas, registradas em formulários e também através de gravadores. Atualmente, estamos em processo de análise e tabulação dos dados levantados para a construção do relatório final.

#### **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como ainda não concluímos a análise dos dados, não temos resultados fechados, mas alguns indicadores já surgem, tais como: presença considerável de famílias chefiadas por mulheres, de idosos, crianças e doentes crônicos. Outros fatores que já nos trazem inquietações é o fato das famílias não identificarem a assistência social como política pública e como direito, além de, por vezes, surgirem afirmações quanto ao não conhecimento da existência do CRAS na comunidade, desconhecendo, também, os serviços prestados por ele. Após a tabulação e análise dos dados certamente poderemos trazer mais informações que contribuirão para as ações desenvolvidas pelos profissionais e pela gestão do CRAS da comunidade Morro do Meio em Joinville/SC.

#### **CONCLUSÕES**

Até o presente momento podemos concluir que o levantamento do perfil das famílias atendidas pelo CRAS é fundamental para a construção e definição das ações desenvolvidas. Esses indicadores poderão possibilitar um novo olhar da comunidade, tanto pelos profissionais quanto pela gestão municipal.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos a equipe do CRAS - Morro do Meio em Joinville e a comunidade, que receberam as pesquisadoras, possibilitando, assim, esse estudo

## REFERÊNCIAS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988. 24 ed. São Paulo: Saraiva 2000.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1987.

NETO, O. C. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, H. M. J. Assistência Social: do discurso do Estado a Prática do Serviço Social. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

TRIVINÕS, A. N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, nº 7.742/93. Brasília: MPAS, 1993. [LEI Nº 12.435, DE seis DE JULHO DE 2011.](#) Brasília: MDS, 2011).